Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas-MS
ISSN 1808-2653

A LUTA PELA MORADIA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP: O CASO DA FAVELA DA VILA ITÁLIA[1]

THE STRUGGLE FOR HOUSING IN SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP: THE CASE OF VILA ITÁLIA SLUM

LA LUCHA POR LA VIVIENDA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP: EL CASO DE LA FAVELA DE LA VILA ITÁLIA

Luiz Henrique Mateus Lima[2]

Resumo: O direito à moradia está garantido na Constituição Federal, mas um rápido olhar pelas cidades brasileiras mostra que isso não é seguido à risca. Durante décadas, as disparidades se multiplicaram nas aglomerações urbanas influenciando na proliferação das ocupações ilegais, onde as famílias mais pobres se refugiam por não terem condições de arcar com os altos aluguéis e com os valores para a aquisição de moradias. As favelas se expandem em locais precários, carentes dos principais serviços urbanos, a partir de moradias que são erigidas principalmente pela prática da autoconstrução. No entanto, mesmo com todas as dificuldades, no interior desses locais tende a haver uma organização entre as famílias para que os seus direitos sejam exigidos. Neste trabalho, traremos o caso dos moradores da favela da Vila Itália, que desde 2015 lutam contra os pedidos de reintegração de posse da Prefeitura, esta que até então ainda não apresentou um projeto habitacional que viabilizasse e remoção das famílias.

Palavras-chave: São José do Rio Preto; Vila Itália; favela; autoconstrução; luta por moradia.

Abstract: The right to housing is guaranteed by the Federal Constitution, but a quick look at Brazilian cities shows that this is not strictly followed. For decades, disparities have multiplied in urban agglomerations influencing the proliferation of illegal occupations, where poorer families take refuge because they cannot afford the high rents and housing values. The slums expand into precarious locations, lacking the main urban services, from dwellings that are erected mainly by the practice of self-construction. However, even with all the difficulties, within these places there tends to be an organization among families so that their rights are demanded. In this paper, we will bring the case of the residents of Vila Itália slum, who since

[1] Este artigo traz resultados iniciais de uma tese de Doutorado em desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profª. Drª. Silvana Maria Pintaudi.

[2] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. E-mail: luizlimahm@gmail.com

2015 have been fighting against requests for repossession of the city, which has not yet presented a housing project that would enable and remove families.
Keywords: São José do Rio Preto; Vila Itália; slum; self-building; fight for housing.

Resumen: El derecho a la vivienda está garantizado por la Constitución Federal, pero un vistazo rápido a las ciudades brasileñas muestra que esto no se sigue estrictamente. Durante décadas, las disparidades se han multiplicado en las aglomeraciones urbanas que influyen en la proliferación de ocupaciones ilegales, donde las familias más pobres se refugian porque no pueden pagar los altos alquileres y el valor de la vivienda. Los barrios marginales se expanden a lugares precarios, que carecen de los principales servicios urbanos, desde casas construidas principalmente por la práctica de la autoconstrucción. Sin embargo, incluso con todas las dificultades, dentro de estos lugares suele haber una organización entre las familias para exigir sus derechos. En este documento, presentaremos el caso de los residentes de la favela de la Vila Itália, que desde 2015 han estado luchando contra las solicitudes de recuperación del Ayuntamiento, que aún no ha presentado un proyecto de vivienda que permita y elimine a las familias.
Palabras-clave: São José do Rio Preto; Vila Itália; favela; autoconstrucción; lucha por la vivienda.

INTRODUÇÃO

A realidade nas cidades é repleta de desigualdades. O acesso à moradia e aos serviços urbanos essenciais é definido de acordo com a situação econômica dos citadinos. Assim, quem tem melhores condições pode viver em áreas mais bem servidas, enquanto que, para os outros que não dispõem das mesmas possibilidades, resta se adaptar aos locais onde as carências são evidentes, mas que são mais acessíveis em relação às suas condições financeiras. Nesse contexto, segundo Carlos (2008, p. 89), enquanto as classes de maior renda vivem em áreas mais valorizadas, as menos abastadas se deslocam frequentemente para as regiões periféricas, onde a terra tende a ser mais barata por conta das ausências de infraestrutura. No entanto, a autora ressalta também que “para aqueles que não têm sequer essa possibilidade, o que sobra é a favela, cujos terrenos, em sua maioria, são lugares onde os direitos de propriedade não vigoram”. Nas favelas, as famílias têm a opção de usar o método da autoconstrução e erguem suas moradias usando os materiais que estiverem disponíveis levando o tempo que precisar.

Direitos como o da moradia fazem parte na Constituição Federal. Segundo consta no Artigo 6º, "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2018, p. 12). Todavia, não é preciso procurar muito para descobrir que a realidade é bem diferente. Falando do problema central deste artigo, os déficits habitacionais, existentes nas cidades em geral, e em Rio Preto em particular, resultam na formação de aglomerações ilegais, que aumentam rapidamente dando origem às favelas, que não são um problema recente no país. Para as famílias, que não tem condições de arcar com os aluguéis, restam as opções de viver nas ruas ou de erguer um barraco em uma favela, pois existe a necessidade de um teto para se proteger.

Identificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como "aglomerados subnormais", para fazer parte das estatísticas oficiais, essas ocupações devem ser constituídas inicialmente por, no mínimo, 51 unidades habitacionais (IBGE, 2010). Além disso, a ausência de serviços essenciais como abastecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica etc., devem ser identificados também.

Em Rio Preto, recorte territorial deste artigo, depois de mais de uma década após a última ocorrência, surgiu, em 2015, uma nova favela: a Vila Itália. Com os anos, a aglomeração se expandiu e hoje é ocupada por mais de duzentas famílias, além de ter se tornado um problema para a administração municipal, que tenta a reintegração de posse da área que as famílias ocuparam. Por outro lado, enquanto não sai a decisão da justiça, as famílias se organizam e seguem lutando pelos seus direitos que são previstos na Constituição citada acima.

O objetivo deste artigo é trazer o caso da favela da Vila Itália e mostrar como essa ocupação está organizada, quais são os seus objetivos e o que vem sendo feito para disponibilizar para essas pessoas as condições de viver dignamente. Como procedimento metodológico principal, foram realizadas entrevistas com o coordenador da favela, Sr. Benvindo, representando os moradores, e com a Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, Fabiana Zanquetta de Azevedo, representando o poder público. Além disso, foi realizado um trabalho de campo no local, acompanhado pelo coordenador.

A LUTA PELA MORADIA

Iniciaremos ressaltando que as favelas não são um problema recente no Brasil. Os problemas de falta de moradias para os citadinos mais pobres existem há muito tempo e, nesse contexto, as próprias favelas já fazem parte da paisagem das cidades há mais de um século. Acerca dessa questão, Barbosa (2017, p. 179) ressalta que as favelas "não são fenômenos recentes da urbanização no Brasil. Em uma metrópole como o Rio de Janeiro, as favelas já têm mais de cem anos de existência e demonstram, na atualidade, um crescimento contínuo".

Em São José do Rio Preto, as favelas já existem desde a década de 1960[3] e, nos anos que se sucederam, elas passaram por períodos onde foram retiradas, mas que logo reapareceram em diferentes regiões. Essas ocupações ilegais representam a forma com que o espaço urbano é desigualmente produzido e apropriado. Cada vez mais as cidades tornam-se mosaicos onde as regiões mais e menos valorizadas são facilmente identificáveis, bastando ver principalmente os arredores. Nesse contexto, temos determinados conjuntos de bairros ocupados principalmente por condomínios fechados horizontais ou verticais que são servidos pelos principais serviços urbanos enquanto, em outro extremo, temos as áreas ocupadas pelos loteamentos populares – legais e ilegais – e pelas favelas, geralmente em áreas que sequer contam com o básico de infraestrutura, o que dificulta ainda mais a vida das famílias.

A produção do espaço, em especial o urbano, produzido de forma desigual gera, segundo Kowarick (2000, p. 27), "zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo". Assim, o acesso às melhores áreas é definido de acordo com as condições financeiras. No caso das famílias pobres, o alto valor dos aluguéis nas áreas mais centrais impossibilita viver nesses locais, restando assim as regiões mais distantes, onde a autoconstrução frequentemente é a única opção para edificar sua própria moradia aos poucos. Para essas pessoas, existem poucas alternativas. Sem dinheiro suficiente para adquirir habitações dignas, e também com pouco auxílio do poder público, elas optam por viver em moradias precárias ou nas ruas. De toda forma, é necessário ter um lugar

[3] "Rio Preto e as favelas, mais de 50 anos de convivência", ***Diário da Região***, 22/07/2018. Disponível em: https://www.diariodaregiao.com.br/_conteudo/2018/07/secoes/blogs/rio_preto_em_foco/1115258-rio-preto-e-as-favelas-mais-de-50-anos-de-convivencia.html Acesso em: 07 nov. 2019.

para viver. Conforme Rodrigues (2017, p. 11) salienta, “de alguma maneira é preciso morar”, ou seja, “morar, como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto, é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço”.

No caso de São José do Rio Preto, o maior número de favelas existiu até o final do século XX, quando um programa de desfavelamento teve início na cidade e se estendeu até o ano de 2001, quando houve a última menção a uma dessas ocupações ilegais. Com o programa colocado em prática, as famílias foram retiradas das áreas que ocupavam, sendo remanejadas para loteamentos populares recém-construídos ou então que já existiam na cidade há mais tempo, conforme veremos abaixo:

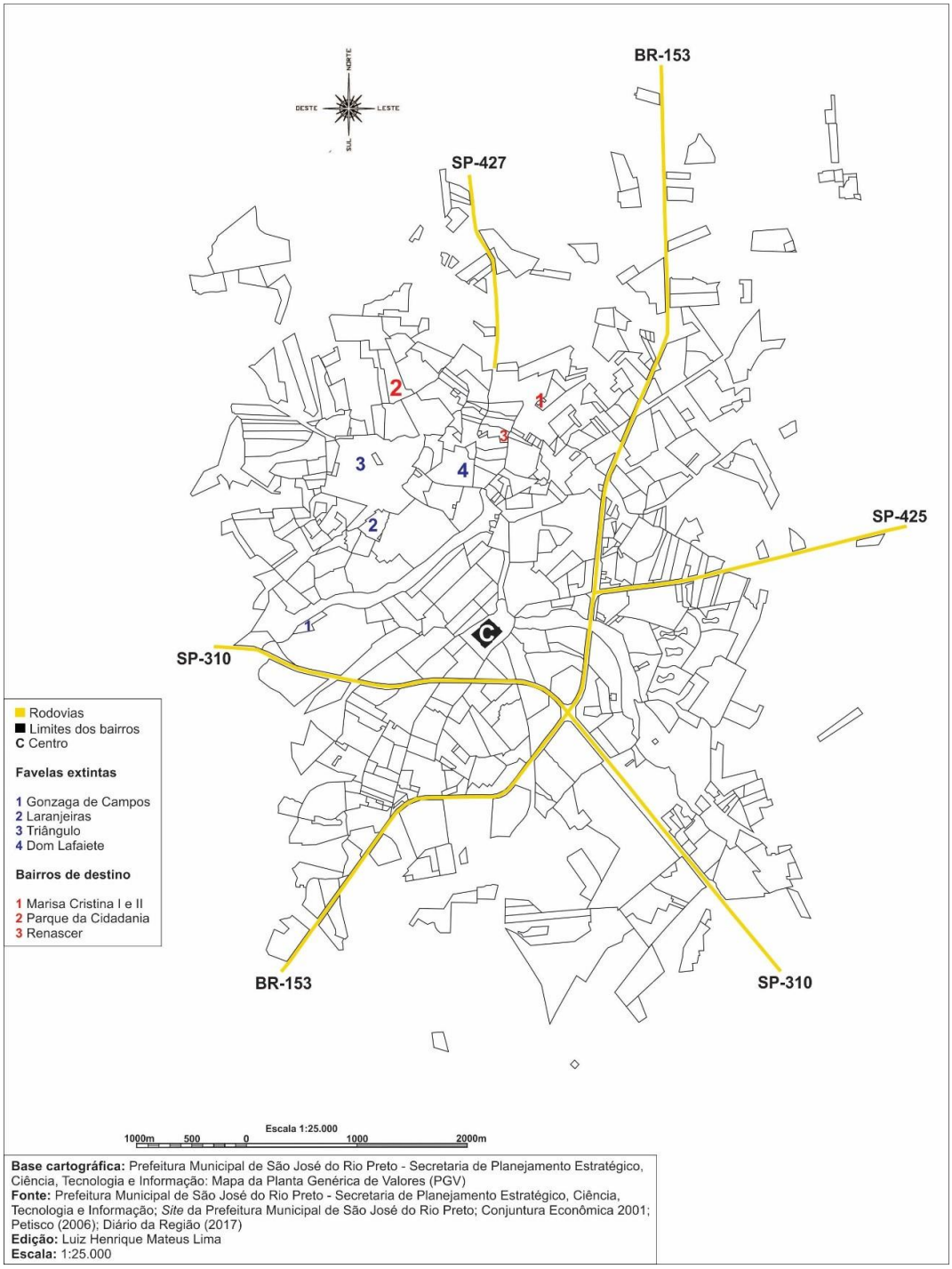
> Na segunda metade da década de 90, a administração pública agiu no desfavelamento da cidade por meio de diversos programas, dentre eles: um programa que entregou 647 lotes com infraestrutura e com a construção de uma unidade precária de dois cômodos e um sanitário (TEODÓZIO, 2008, p. 157).

Um ponto a se destacar é a localização dos loteamentos para onde as famílias foram remanejadas. Inicialmente, as favelas já estavam localizadas na zona Norte de Rio Preto, que é historicamente a área que concentra a maioria dos bairros destinados aos citadinos menos abastados, mas, com o programa de desfavelamento, os novos endereços das famílias passaram a ser loteamentos e bairros localizados no extremo Norte, já nos limites entre as periferias rural/urbana. Na época em questão, no ano de 2001, o Norte de Rio Preto terminava nesses bairros, mas, como ocorre normalmente com a expansão territorial, nos anos que se passaram esses locais foram ultrapassados por novos empreendimentos habitacionais. Dessa forma, o que destacamos aqui é que, vistas como problemas pelo poder público, as famílias pobres que viviam nas favelas foram empurradas para fora das vistas, nos extremos da cidade, em áreas que ainda receberiam melhorias posteriormente.

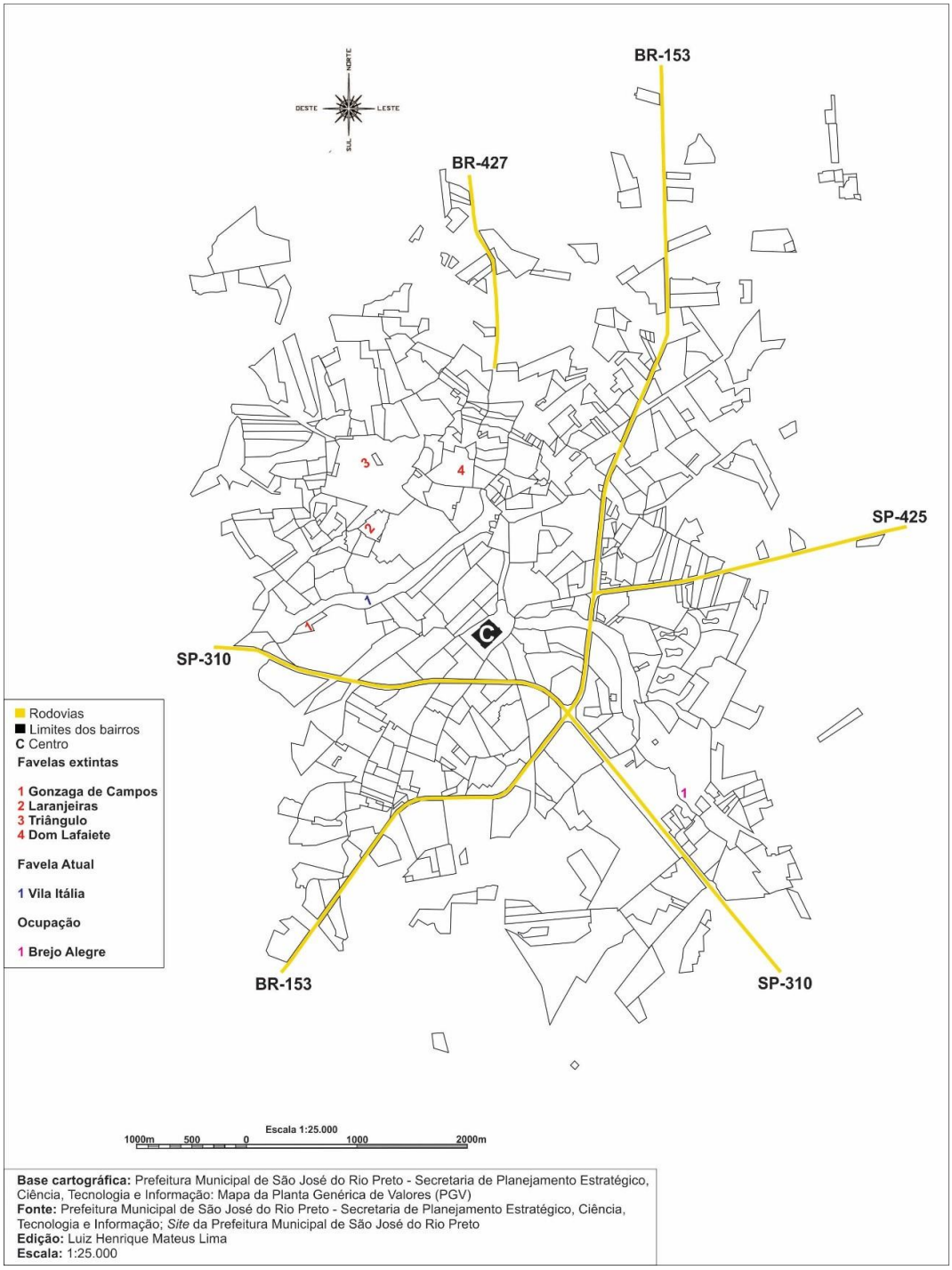
No âmbito do espaço urbano rio-pretense, o programa de desfavelamento e o remanejamento das famílias para áreas mais afastadas impactaram diretamente na segregação existente na cidade. Conforme Alvarez (2013, p. 113) salienta, a “segregação urbana se expressa, por exemplo, na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços, e [...] pela quase impossibilidade da presença na cidade”. Nesse contexto, a remoção das famílias para os extremos da zona Norte, área historicamente

ocupada pelas famílias mais pobres, tornou o acesso à cidade mais difícil, ao mesmo tempo que também reafirmou essa região como a de destino dos citadinos menos abastados. Abaixo, o Mapa 1 trará a localização das antigas favelas (Gonzaga de Campos, Laranjeiras, Triângulo e Don Lafaiete) e dos bairros que receberam as famílias remanejadas (Marisa Cristina I e II, Parque da Cidadania e Renascer). Na página seguinte, o Mapa 2 trará a localização dos assentamentos atuais (Vila Itália e Brejo Alegre).

Mapa 1. Localização das favelas extintas e dos bairros de destino na planta urbana de São José do Rio Preto.



Mapa 2. Localização das favelas antigas e das ocupações atuais na planta urbana de São José do Rio Preto.



No Mapa 1, nós podemos ver que as antigas favelas já estavam localizadas ao Norte, na região ocupada principalmente pelas famílias menos abastadas. Com o programa de desfavelamento, houve o remanejamento para locais mais distantes, já nos limites da cidade na época. É importante ressaltar que, na zona Norte de São José do Rio Preto, as melhorias chegaram mais lentamente do que se compararmos com outras regiões da cidade, como, por exemplo, a zona Sul. Nesse contexto, iniciou-

se um processo de desenvolvimento econômico principalmente após a inauguração do *shopping* Cidade Norte, em outubro de 2012. Com esse empreendimento, novos investimentos comerciais e habitacionais foram direcionados para essa região. Todavia, destaca-se que boa parte dos novos projetos habitacionais são justamente destinados aos segmentos inferiores, ou seja, loteamentos horizontais ou verticais populares, boa parte deles vinculados à programas como o Minha Casa Minha Vida. Já no Mapa 2, trouxemos novamente a localização das antigas favelas em relação às novas ocupações.

A Vila Itália está localizada na entrada da zona Norte, enquanto que a ocupação do Brejo Alegre foi criada na região Sudeste de Rio Preto. É importante ressaltar que o Brejo Alegre, ao contrário da Vila Itália, não cumpre o requisito destacado pelo IBGE para que seja considerado oficialmente um aglomerado subnormal, ou seja, a existência de mais de 51 unidades habitacionais. Assim, no mapa, essa aglomeração foi marcada como uma ocupação.

Ainda sobre o Brejo Alegre, no dia 1º de agosto de 2019 houve a desocupação definitiva. Nos últimos meses, o número de famílias que lá viviam estava diminuindo frequentemente até que no começo deste mês o último barraco foi derrubado. Como parte do acordo de reintegração de posse desta ocupação, a Prefeitura se comprometeu a prestar assistência às famílias, com a oferta de alguns serviços, assim como o repasse de determinada quantia financeira que será utilizada pelas famílias para a mudança e os gastos com habitação durante 12 meses (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019). Por este motivo, escolhemos apenas a favela da Vila Itália para o artigo, pois ela está dentro da descrição do IBGE e vem resistindo de forma mais efetiva às tentativas de reintegração.

Na entrevista realizada com o Sr. Benvindo, coordenador da favela, foi destacada a forma com que a favela está organizada a partir de coordenadorias, que tratam de diferentes assuntos.

> A gente se organiza em questão de um corpo de coordenadores, onde a gente vê, ou procura, as nossas necessidades e vai concluindo elas em questões de melhorias a cada decisão que a gente toma nas assembleias, onde todos participam, desde crianças até adultos. A gente montou um sistema aqui dentro, através de uma associação de moradores, onde tem todas as secretarias, como se fosse uma subprefeitura. Tem secretaria de infraestrutura, de esportes, educação, cultura... são onze secretarias.

(Sr. Benvindo, Coordenador da favela da Vila Itália, 16/04/2019)

O coordenador ressaltou também que os moradores da favela frequentemente fazem manifestações em datas importantes para cobrar ações da Prefeitura, como, por exemplo, no aniversário da cidade, que acontece no dia 19 de março. Conforme o Sr. Benvindo salientou, essas ações ocorrem em datas comemorativas porque o prefeito sempre está presente, e também pela possibilidade de eles poderem mostrar para os outros citadinos o que ocorre na cidade.

A organização interna que existe nesta favela é imprescindível e contribui positivamente inclusive nas audiências que são realizadas entre moradores, o juiz e o poder público municipal para discutir as opções possíveis. Entre os líderes da ocupação, a principal meta é conseguir a regularização fundiária. Por outro lado, a representante da Secretaria Municipal de Habitação de Rio Preto, Fabiana Zanquetta de Azevedo, descarta essa possibilidade por conta da localização da favela, que está em uma área de proteção, e que no passado também foi um local para descarte de lixo. Além disso, a favela também ocupa um terreno particular e um público. Assim, temos dois discursos bastante diferentes acerca do mesmo tema:

> [*Vocês tem confiança de que conseguirão a regularização da área?*]
>
> Olha, na verdade a gente é uma ocupação já consolidada [...] Uma parte [*da favela*] é área pública e a outra é área particular. Nessa última liminar do juiz, ele determinou que as duas áreas serão decididas pela mesma ação. Elas não serão decididas separadamente. O defensor público é bem favorável a nós, ele sempre nos defende, ele sempre diz coisas boas sobre nós para o juiz. O juiz sempre acatou e a arma que a gente usa é que a gente constrói dentro da ocupação algo que quem deveria estar construindo é o município. Como eles não fazem, a gente faz. Então, a gente faz um trabalho social muito bom.
>
> (Sr. Benvindo, Coordenador da favela da Vila Itália, 16/04/2019)
>
> [*Tem alguma possibilidade de regularizar alguma das ocupações?*]
>
> Não. Nenhuma das duas. Uma [*Brejo Alegre*] está ocupando uma via pública na divisa com uma linha férrea, ou seja, um descarrilamento mata todo mundo, e aí sobra para quem regularizou. E a favela da Vila Itália, o único acesso para a favela também é pela via férrea. Se nós regularizarmos sem a autorização da Rumo [*companhia ferroviária*] e morrer uma pessoa na linha férrea, nós seremos responsabilizados também. E outra questão... a favela da Vila Itália está dentro do Parque Setorial, que é uma área de interesse ambiental para não urbanização. E ali também já houve depósito de resíduos.

> (Fabiana Zanquetta de Azevedo, Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, 20/03/2019)

Segundo Rodrigues (2016, p. 55), a regularização fundiária "reconhece a luta dos movimentos populares urbanos para permanecerem nas áreas ocupadas", além de reconhecer também "o trabalho dos moradores, ao longo do tempo e com recursos próprios, para construir suas casas e ali permanecerem". Apesar da confiança do coordenador da Vila Itália na regularização, as decisões judiciais vêm sendo positivas a eles por um motivo principal: a falta de um projeto habitacional que viabilize a reintegração e retirada das famílias do local. Nas audiências que ocorreram até agora, não houve ainda, por parte da Prefeitura, um projeto semelhante ao que foi proposto no final da década de 1990, por exemplo, em que as famílias foram remanejadas para novos bairros. Nas entrevistas, o coordenador ressalta que os próprios moradores se propuseram a apresentar um projeto, enquanto que a Secretária argumenta que eles não podem passar as famílias que vivem na favela na frente das outras famílias rio-pretenses que já estão inscritas em programas habitacionais, conforme nós veremos a seguir:

> [...] desde quando se ocupou essa terra, a única coisa que o sistema nos oferece é opressão e o pedido de reintegração de posse da terra. É a única coisa que eles nos oferecem. Hoje a gente já está sendo julgado em segunda instância, porque na primeira o município ganhou a reintegração de posse, aí a gente fez uma manifestação radical, o juiz averbou embaixo onde o município deveria amparar as 208 famílias e ter um projeto habitacional, e eles se negam a essa questão. Em uma última reunião, no dia 23 de janeiro, a gente se comprometeu a apresentar o projeto habitacional, e a gente tem um projeto similar ao Minha Casa Minha Vida e onde vai ter uma audiência dia 5 de agosto com ambas as partes para se definir [...] A gente apresentou um projeto de urbanização exatamente como a Secretária da Habitação pediu, com uma entidade habilitada, com uma arquiteta, com uma assessoria técnica, com tudo que ela pediu.
>
> (Sr. Benvindo, Coordenador da favela da Vila Itália, 16/04/2019)
>
> Nós não vamos priorizar eles num programa habitacional, não é justo. Nós temos hoje um déficit habitacional de quase 15 mil famílias, então não é justo a gente furar fila. Inclusive tem uma matéria no *Diário da Região* de sábado que o próprio Secretário de Estado fala sobre isso também. Ele comunga do mesmo olhar que a gente tem. A gente tem que dar uma saída para tirar essas famílias dessa condição de extrema vulnerabilidade, mas não é através de moradia, porque o problema dessas famílias não se resume a moradias. Na verdade, é renda.

> (Fabiana Zanquetta de Azevedo, Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, 20/03/2019)

A referida reunião citada pelo coordenador, que ocorreu no dia 5 de agosto, terminou novamente sem uma decisão para qualquer um dos lados, pois não houve uma proposta por parte da Prefeitura para reassentar as famílias. Uma nova reunião deverá ocorrer neste ano para discutir novamente o problema. No caso do trecho destacado da Secretária da Habitação, ela cita o problema da ausência de renda. É uma observação pertinente, pois essas famílias estão dentro do que se entende como "exclusão social". Nesse sentido, segundo Singer (2012, p. 61), a exclusão social "pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionadas". O autor destaca que a falta de moradia, emprego e renda são alguns dos componentes que unidos levam ao resultado final, que é a exclusão social.

Uma outra questão importante a se destacar é sobre o déficit habitacional na cidade. Conforme foi destacado pela Secretária da Habitação, existem 15 mil famílias em São José do Rio Preto que estão sem moradia e aguardando na fila dos programas habitacionais. Contudo, conforme a própria entrevistada salientou posteriormente, existia a espera por investimentos oriundos do Governo Federal para a construção de novos empreendimentos, mas o cenário não é positivo. Esse é mais um problema para aqueles que ainda esperam ter uma moradia.

> [*Vocês têm expectativa de receber investimentos do Governo Federal na produção habitacional esse ano?*]
>
> Tem, mas o cenário não é positivo não. Tem alguns indícios. Por exemplo, o Minha Casa Minha Vida recebia transferência de recursos de um ano para o outro, mas me parece que esse ano não vai ter isso. Para novos investimentos o cenário está muito ruim. Não tem uma perspectiva a princípio de um cenário positivo.
>
> (Fabiana Zanquetta de Azevedo, Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, 20/03/2019)

As favelas representam, conforme já foi dito anteriormente, a forma com que o espaço urbano é produzido de forma desigual. Essas famílias, que vivem em barracos feitos com os mais variados materiais, encontraram nesses lugares talvez a única opção de ter um espaço para morar. Rodrigues (2017, p. 40) salienta que a favela é resultado da "necessidade do onde e do como morar. Se não é possível comprar uma

casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns, essa solução é a favela". As pessoas não vivem nesses locais precários porque desejam, mas sim por uma série de fatores que levam a esse resultado. No caso da Vila Itália, existem pessoas oriundas de cidades menores do estado de São Paulo, mas também existem famílias que vieram de outras regiões.

Como ocorre com certa frequência, as pessoas migram em busca de um lugar onde tudo mudará, em especial onde haverá empregos que ajudarão a melhorar a qualidade de vida, mas, no momento atual em que o país passa de problemas econômicos e políticos, nem sempre isso é possível a curto e até mesmo longo prazo. Dessa forma, ao se deparar com a realidade, os citadinos, já carentes de melhores condições, precisam buscar soluções para tentar pelo menos evitar uma piora na situação. Assim, para Santos (2009, p. 66), a "forma com que a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não apenas atraia gente pobre, mas que ela própria crie ainda mais gente pobre". Erguer um barraco em uma favela se torna a última opção viável para ter um teto, visto que não há dinheiro para pagar um aluguel nem para comprar uma casa popular. Todavia, é importante ressaltar que na Vila Itália existem os moradores que estão desempregados, assim como também existem os que encontraram um trabalho ou fazem diferentes serviços para conseguir se manter.

Questionado sobre qual é o sentimento de viver em um local em que as precariedades são visíveis, o coordenador claramente demonstra sua insatisfação com a situação vivida:

> Eu não estou satisfeito em viver na ocupação, pelas condições de vida que a gente vive. A gente tem uma água que não falta, mas com encanamento precário; a gente tem energia nas mesmas condições; a saúde nas mesmas condições; a educação nas mesmas condições. Apesar que eu sei que isso acontece até nos outros bairros urbanizados, mas, o nosso problema real aqui, não é nem questão de ser ocupação, ter dono ou não ter dono, nosso problema aqui é que a gente invadiu uma área nobre da cidade, onde a terra é muito valorizada, onde o Prefeito é assediado 24 horas por dia pelos capitalistas oferecendo um alto dinheiro pela terra, só que a gente já deixou muito bem claro que nossa questão é moradia, independente do lugar.
>
> A gente apresentou um projeto de urbanização exatamente como a Secretária da Habitação pediu, com uma entidade habilitada, com uma arquiteta, com uma assessoria técnica, com tudo que ela pediu. Então, eu acho que não tem como o juiz negar. Mas, se eles quiserem nos mudar de espaço, para uma outra terra menos valorizada, a gente não

> é capitalista, a gente só quer o que é nosso por direito. Não tem como a gente estar contente morando em cima de uma terra, apesar dela ser nobre, hoje é tombada como Área de Preservação Permanente, mas isso aqui já foi uma área de aterro sanitário, inclusive de lixo hospitalar, então não tem como estar contente vivendo nessas condições. Mas a gente vai à luta, e a perspectiva nossa é de 70% a 80% de conquistar o espaço exatamente porque a gente é um povo de luta.
>
> Eu estou vendo a ocupação Brejo Alegre se diluindo porque eles não têm advogado, eles não vão à luta, eles acreditavam que o Prefeito ia ampará-los.
>
> (Sr. Benvindo, Coordenador da favela da Vila Itália, 16/04/2019)

É importante destacar na citação acima é que o entrevistado menciona a ocupação do Brejo Alegre, cuja população foi diminuindo aos poucos até que ocorreu, no mês de agosto, a sua extinção, inclusive com cobertura dos telejornais locais. No caso da Vila Itália, as famílias que vivem na favela atualmente contam com a ajuda de diferentes organizações, que auxiliam principalmente em questões jurídicas. A principal é a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), cujo advogado vinculado presta serviços às famílias, incluindo relacionados às disputas com a Prefeitura. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) também tem membros que contribuem com a favela. Todavia, apesar de aceitar a ajuda, o coordenador ressalta que a principal condição é que as organizações e partidos respeitem as diretrizes da ocupação.

> A gente é defendido por quatro advogados. Um é advogado do CSP Conlutas, que é uma central sindical e popular, onde o movimento Luta Popular é filiado. E tem dois advogados do próprio movimento Luta Popular. E tem um advogado do PSTU que nos ajuda desde o princípio.
>
> Às vezes é até um pouco constrangedor, porque você vê crianças e mulheres sofrendo, mas a gente é uma ocupação muito assediada pelas ONGs, que são também capitalistas. Mas a gente aceita, a gente é necessitado. A gente só não deixa eles fazerem da gente massa de manobra. Existem ONGs que entram aqui, fazem um benefício mas para adquirir um outro benefício público em outra área. Mas a gente não é inconsciente. A gente aceita tudo que eles fazem, mas não deixamos eles nos manipular. E a gente tem uma coisa muito importante nesse movimento de luta popular que é a gente não ter vínculo com partido político nenhum. Qualquer partido pode nos ajudar, só que eles têm que seguir as diretrizes da ocupação.
>
> (Sr. Benvindo, Coordenador da favela da Vila Itália, 16/04/2019)

Outra questão ressaltada pelo coordenador está relacionada ao valor da terra urbana, que é elevado nesta área. Segundo dados disponíveis nos relatórios do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab) e do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comercial de São Paulo (SECOVI-SP), Rio Preto é a cidade que mais aprovou novos loteamentos nesta década, superando inclusive cidades maiores no estado. Neste contexto, a favela da Vila Itália está localizada em uma região que está em frequente expansão por conta dos novos projetos imobiliários, o que faz com que a reintegração seja desejada tanto pelo poder público como principalmente pelos agentes imobiliários. Acerca desta questão, Carlos (2011, p. 67) salienta que a ocupação do espaço "se realizou sob a égide da propriedade privada do solo"

> [...] em que o espaço fragmentado é vendido em pedaços, tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado, ou seja, tendencialmente produzido enquanto mercadoria. Nessa condição o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria.

Com a mercantilização da terra urbana, a cidade é tornada acessível de maneira diferenciada entre os citadinos. As áreas bem localizadas tendem a ser as mais valorizadas, despertando assim o desejo dos diferentes agentes econômicos envolvidos na produção do espaço urbano. Assim, o acesso é definido de acordo com a condição financeira do citadino, ou seja, os mais abastados vivem em áreas bem servidas de infraestrutura, por exemplo, enquanto as famílias mais pobres são colocadas nas áreas distantes e precárias, onde as melhorias chegam de forma mais lenta. Conforme Carlos (2011, p. 92) ressalta, "no capitalismo [...] o espaço urbano torna-se mercadoria, e nessa condição traz por exigência condições específicas que determinam seu uso e suas formas de acesso". Dessa forma, outra questão que deve ser discutida é que a retirada dos moradores da favela da Vila Itália e o remanejamento para outros locais seguiria essas condições de acesso, já que os novos produtos imobiliários, especialmente os loteamentos populares horizontais, que são mais acessíveis às famílias com rendimentos inferiores que vivem na favela, são implantados nas periferias da cidade, onde o valor da terra é mais baixo, em áreas que se tornam cada vez mais distantes com a expansão urbana que ocorre.

Nesse contexto, em empreendimentos produzidos no âmbito de programas como o Minha Casa Minha Vida, por exemplo, em especial naqueles que produzem grandes loteamentos horizontais, o problema da falta de moradia pode ser resolvido num primeiro momento, mas ao mesmo tempo ele promove o agravamento da segregação, já que as famílias são realocadas em novas áreas que vão se distanciando principalmente da região central da cidade, onde estão os principais serviços e que demandam longas viagens entre as periferias e o Centro. Sobre essa questão, Rolnik (2015, p. 312) ressalta que "em algumas situações, observa-se a aglomeração de diversos empreendimentos em uma mesma região, formando verdadeiros bolsões de moradia popular".

Em São José do Rio Preto, esse resultado é facilmente observado há algumas décadas. Os empreendimentos populares são direcionados principalmente para as zonas Norte, Noroeste e Nordeste da cidade, em sua maioria nas periferias. Conforme foi visto anteriormente, o resultado do programa de desfavelamento realizado pela Prefeitura no começo dos anos 2000 foi exatamente o remanejamento das famílias para novos loteamentos horizontais que foram implantados nos extremos dessas regiões, impactando no aumento das desigualdades já existentes na cidade. É importante ressaltar que nessa época ainda não existia o programa Minha Casa Minha Vida, com isso os loteamentos vieram no âmbito de outros programas. Rolnik (2015, p. 312) ressalta que os "efeitos colaterais" desses projetos habitacionais é que as famílias passam a viver em locais sem "infraestrutura adequada, sem espaços comerciais ou equipamentos públicos, precariamente conectadas ao tecido urbano e com condições inadequadas de transporte público e mobilidade". As obras de melhorias nessas regiões que são compostas por bairros populares e que concentram as famílias mais pobres tendem a chegar de maneira mais lenta do que pode ser identificado em setores mais valorizados da cidade, na zona Sul por exemplo, onde estão localizados os principais condomínios fechados de luxo. Assim, as famílias superam o problema da falta de moradia, mas ainda precisam enfrentar outros pela frente.

Ao final da entrevista, o coordenador autorizou que um trabalho de campo pela favela fosse realizado, inclusive com algumas fotografias que foram tiradas para mostrar um pouco de como é a realidade do local. Na página a seguir, as Figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6 dão uma ideia de como é o interior da favela da Vila Itália.

Figura 1. Favela da Vila Itália.

Fonte. Acervo do autor.

Figura 2. Favela da Vila Itália.

Fonte. Acervo do autor.

Figura 3. Favela da Vila Itália.

Fonte. Acervo do autor.

Figura 4. Favela da Vila Itália.

Fonte. Acervo do autor.

Figura 5. Favela da Vila Itália.

Fonte. Acervo do autor.

Figura 6. Favela da Vila Itália.

Fonte. Acervo do autor.

Para ajudar a descrever como é constituída uma favela, iniciaremos utilizando uma citação de Kowarick (2009, p. 233) sobre esse modelo de ocupação. Em seguida descreveremos, com palavras próprias, o que foi visto na Vila Itália.

> Localizadas em ruas estreitas e tortuosas, em vários casos verdadeiros labirintos com casas amontoadas em pequenos terrenos,

> em meio a um emaranhado de fios puxados clandestinamente, a visão das favelas, por detrás da aparente desordem, revela intensa dinâmica. Há enorme quantidade de moradias em processo de construção, reformas ou ampliações, nas quais também estão abundantemente presentes as antenas de televisão e, não raro, os automóveis estacionados em garagens protegidas, como, aliás, estão também portas e janelas.

Inicialmente, destacamos que a descrição do autor é feita com base nas grandes favelas paulistanas principalmente, que se desenvolveram durante décadas e se tornaram aglomerações que contam com uma população muitas vezes maior do que a de uma cidade do interior do estado, mas alguns fatores coincidem com o que foi visto na Vila Itália. Uma primeira semelhança foi observada nas ruas, que, ao contrário das descritas pelo autor acima, contam com uma largura que permite que carros trafeguem por elas, o que foi percebido durante a entrevista e depois com o trabalho de campo pela ocupação. Não à toa, algumas unidades habitacionais contam com veículos estacionados na frente ou em garagens improvisadas.

Sobre as moradias, a autoconstrução é o método mais utilizado e as famílias utilizam praticamente todos os tipos de materiais que tem à disposição, como, por exemplo, telhas de zinco, pedaços de madeira, papelão, lonas, tijolos etc. No processo de autoconstrução, conforme Caldeira (2000, p. 221) salienta, os proprietários das moradias vão fazendo mudanças que levam grandes períodos de tempo, onde eles vão “expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa”. Nas moradias, as instalações elétricas, conforme foi destacado pelo entrevistado, são precárias, o que traz sempre o risco de incêndios, caso ocorra um curto-circuito.

No trabalho de campo na ocupação, notamos algo que, posteriormente, foi mencionado pelo coordenador da favela na entrevista: o pequeno número de crianças brincando nas ruas. Segundo o coordenador, isso ocorre porque uma das exigências indispensáveis para as famílias que chegam à favela é que todas as crianças sejam matriculadas nas escolas que existem nos bairros próximos, seja no período da manhã ou da tarde. Dessa forma, conforme foi ressaltado pelo Sr. Benvindo, “a primeira coisa que a gente faz quando chega uma família nova aqui dentro é mandar a criança para a escola”. Além disso, existem turmas de reforço escolar no interior da própria favela, além de uma biblioteca que foi montada a partir das doações feitas. Durante o trabalho de campo foi possível observar ainda que existe um pequeno

comércio no interior da aglomeração, que conta com um bar, uma barbearia, uma pequena mercearia etc.

Morar é um direito, e as famílias que compõem a favela da Vila Itália seguem lutando por isso. Sua organização interna é algo importante para se destacar, pois eles estão divididos em diferentes "Secretarias" que cuidam dos mais variados assuntos. Nas disputas judiciais, onde a Prefeitura busca a reintegração e os moradores buscam a regularização ou então a realocação em novos projetos habitacionais, ainda não há uma decisão, e assim a favela segue resistindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades capitalistas são criações desiguais, onde o poder aquisitivo define o acesso dos citadinos às principais regiões e aos principais serviços. Nesse contexto, os mais abastados podem viver em áreas mais bem localizadas, enquanto que as famílias mais pobres frequentemente estão localizadas nas distantes periferias, onde a terra é mais barata e há a possibilidade de construir sua própria casa nos bairros implantados de maneira ilegal ou em favelas. Nesse contexto, para fugir dos altos preços dos aluguéis nas moradias nas áreas centrais, é preciso pagar o preço de viver afastado em uma área marcada pelas precariedades. Conforme Moya (2011, p. 39) ressalta, a mudança para uma favela pode ser explicada por questões como a tentativa de "fuga do aluguel, redução da oferta de imóveis e lotes populares, falta de política habitacional e fundiária, ou mesmo pelas políticas implementadas nas favelas que reduziram a incerteza da permanência".

Em São José do Rio Preto, as favelas já fazem parte da paisagem urbana desde a década de 1960. Por mais que elas sejam extintas por alguns anos, frequentemente estão reaparecendo novamente na cidade. As mais recentes datam de 2015, depois de mais de uma década desde que o último programa de desfavelamento remanejou as famílias que viviam nas ocupações ilegais para novos loteamentos que foram implantados ou mesmo para bairros já existentes, em 2001.

A maior delas e a que resiste até hoje, a Vila Itália, conta com uma organização interna bastante eficiente, onde foram criadas "Secretarias" que cuidam de diferentes atividades. Por outro lado, no caso da segunda favela, Brejo Alegre, esta foi extinta pela Prefeitura em agosto de 2019.

No caso da Vila Itália, ocupada hoje por mais de duzentas famílias carentes que contam com a ajuda de diferentes instituições e partidos que fazem doações e prestam serviços jurídicos, até o momento eles estão se saindo vitoriosos nas audiências que estão sendo realizadas. A Prefeitura, por um lado, deseja a reintegração de posse, enquanto os moradores querem garantias de que não serão deixados à própria sorte, além de cobrarem também um projeto habitacional semelhante ao que ocorreu, por exemplo, no programa de desfavelamento que foi concluído em 2001, conforme já foi mencionado, para que as famílias sejam realocadas em novos empreendimentos. Até o momento, as decisões na justiça estão sendo favoráveis às famílias, pois a principal exigência dos juízes, que é a apresentação do referido projeto habitacional por parte da Prefeitura, não vem sendo cumprida.

Dessa forma, continuam ocorrendo as audiências da mesma forma que também continuam os impasses entre o poder público e os moradores, que seguem resistindo e sobrevivendo mesmo com as difíceis condições de habitar em um local sem infraestrutura e marcado pela precariedade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013.

BARBOSA, Jorge Luiz. As favelas na reconfiguração territorial da justiça social e dos direitos à cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória da Anunciação; PÁDUA, Rafael Faleiros de (orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Home. **Notícias em destaque**. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=85521&idPagina=3086>. Acesso em: 29 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. **Aglomerados subnormais**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7552>. Acesso em: 09 ago. 2019.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

MOYA, Maria Encarnación. Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudança nos olhares sobre a cidade e o social. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo**: novos percursos e atores. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

PETISCO, Andréa Celeste de Araújo. **Cidades, competição e planejamento**: a reestruturação dos anos 1990 em São José do Rio Preto/SP. São Carlos, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Políticas públicas no espaço. **Revista Cidades**. v. 13, nº 22, p. 41-69, Presidente Prudente, 2016.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Prefeitura Municipal. **Conjuntura Econômica 2001**. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/planejamento>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 2012.

TEODÓZIO, Delcimar Marques. **Do sertão à cidade**: planejamento em São José do Rio Preto dos anos 50 aos anos 2000. São Carlos, 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em: 17 de setembro de 2019
Publicado em: 30 de novembro de 2019